A REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Artemisa Ferreira Pimenta[1]
Joyce Helena da Costa Pantoja[2]
Lucas Wellington da Silva Silva[3]
Rita de Cássia Barbosa dos Santos[4]

RESUMO

Esse artigo objetiva analisar os impactos da pandemia na reprodução social da classe trabalhadora. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema. O método de análise é o marxiano, com vias a compreender as múltiplas determinações do objeto em tela. Ressalta-se que a pandemia do novo coronavírus adensa as expressões da questão social. No Brasil, a emergência em saúde pública soma-se a crise econômica, institucional e política que o país vivencia desde o golpe parlamentar de 2015. Neste contexto as condições de moradia precárias, a falta de renda, saneamento são determinantes para a análise acerca dos impactos desta conjuntura na vida de milhões de brasileiros.

Palavras-chave: Reprodução social. Classe trabalhadora. Pandemia

ABSTRACT

This article aims to analyze the impacts of the pandemic on the social reproduction of the working class. A bibliographical and documentary research on the subject was carried out. The method of analysis is Marxian, with ways to understand the multiple determinations of the object in question. It is noteworthy that the new coronavirus pandemic thickens the expressions of the social issue. In Brazil, the emergency in public health adds to the economic, institutional and political crisis that the country has been experiencing since the 2015 parliamentary coup. impacts of this situation on the lives of millions of Brazilians.

Keywords: Social reproduction. Working class. Pandemic.

[1] Universidade Federal do Pará. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. E-mail: artemisapimenta@yahoo.com.br.
[2] Universidade Federal do Pará. Graduanda do curso de Bacharelado em Serviço Social. E-mail: Joyce.pantoja@icsa.ufpa.br.
[3] Universidade Federal do Pará; Graduando em Serviço Social; lucwel.silva@gmail.com.
[4] Fundação Papa João XXIII. Assistente Social e Mestre em Serviço Social. E-mail: cassiabarbosa.social@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva realizar breves notas acerca dos impactos da pandemia[5] nas condições de reprodução social da Classe Trabalhadora. Parte-se do pressuposto que as desigualdades sociais são adensadas neste contexto. Os principais elementos analisados foram: condições de moradia e renda. Para uma aproximação da realidade ora estudada realizou-se uma revisão bibliográfica e documental, tendo a teoria social crítica marxista enquanto método de análise, com vias a compreender as múltiplas determinações deste cenário de pandemia. Ressalta-se que o cenário atual não se explica somente em virtude da situação de emergência em saúde pública, mas, sobretudo de um contexto de crise adensada pela pandemia. Objetiva-se neste sentido destacar alguns elementos essenciais para a reprodução social da classe trabalhadora na contemporaneidade.

2. REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA NO CONTEXTO DE PANDEMIA.

A lógica de produção e reprodução do capital está assentada na luta de classes, na contradição da relação capital trabalho. Segundo Marx (2017, p. 720) à "medida que o capital é acumulado, a situação do trabalho, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar, portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria".

Nesta perspectiva, ao analisar a realidade brasileira é necessário considerar a herança escravocrata, patrimonialista, patriarcal e etc. que se expressam nas expressões da "questão social". É a partir desta essência, das múltiplas determinações da formação social do Brasil que se deve analisar as desigualdades sociais, sobretudo, as consequências da pandemia. Este contexto impactou sobremaneira as condições de vida da população brasileira. O cenário adensou as

[5] A emergência em saúde pública e as medidas para o enfrentamento foram dispostas na "Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus." Disponível em https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735, acesso em 03 de agosto de 2021, as 14h.

desigualdades sociais, portanto não se trata de novas expressões da "questão social".

As condições de moradia, saneamento, renda são determinantes para se analisar as consequências da pandemia na vida dos trabalhadores. As principais estratégias de prevenção, antes do processo de vacinação, segundo instituições de saúde, são medidas de higiene e distanciamento social. Ao considerar essas ações, deve-se levar em consideração que 35 milhões de pessoas no país não possuem acesso à água potável, já com relação às condições de moradia, 03 (três) estados da região norte ocupam as primeiras posições com alto índice de aglomerados subnormais, em valores relativos de domicílios (IBGE, 2019). Soma-se a esses dados, outro índice alarmante, o da insegurança alimentar, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - REDE PENSSAN (2021) a região norte e nordeste concentram o maior percentual de domicílio com pessoas passando fome, com 18,1% e 13,8% dos domicílios respectivamente. O estudo afirma ainda:

> A região Norte apresentou um número maior de moradores (as) por domicílio e consequentemente maior densidade demográfica nessas habitações (46% com 1 cômodo por pessoa). A insegurança hídrica, medida pelo fornecimento irregular ou mesmo falta de água potável, atingiu 40,2% e 38,4% dos domicílios do Nordeste e Norte, respectivamente, percentuais quase três vezes superiores às proporções de inadequação de fornecimento de água das demais regiões. Tanto a maior aglomeração domiciliar como o abastecimento irregular de água são duas condições que aumentam a transmissão pessoa a pessoa do vírus SARS-CoV-2, com o agravante de ocorrerem com maior frequência nos domicílios e nas regiões mais pobres do país. (REDE PENSSAN, 2021, p. 29)

A partir de estudos recentes pode-se afirmar que a atual conjuntura política e econômica do Brasil é determinante para o adensamento da pandemia no país. Em que pese os avanços no âmbito do investimento nas diferentes políticas públicas na primeira década do século XXI, isso não representou mudanças estruturais no tocante a diminuição das desigualdades sociais. Em que pese o maior acesso à Educação, Emprego, Habitação, dentre outras políticas sociais, essas garantias não representaram mudanças estruturais, e com o golpe parlamentar de 2015, a PEC de congelamentos dos gastos públicos, sobretudo com a atual agenda de privatizações do governo, agudizam-se as expressões da questão social.

Neste sentido, tem-se um cenário de extrema dificuldade para a reprodução social das diferentes frações da classe trabalhadora, em particular a mais empobrecida, a que mesmo antes da pandemia não acessava bens e serviços públicos. Santana e Ferreira (2021) ao analisarem atual conjuntura discutem que:

> A complexidade desses fenômenos é acentuada na medida em que esses se dão já no contexto de uma profunda crise econômica, com impactos de grande monta sobre a classe trabalhadora; crise que não se originou, mas se acentuou drasticamente com a pandemia. No caso particular do Brasil, uma crise política e institucional, com fortes incertezas a respeito da estabilidade da democracia formal, agrava o quadro. Um governo protofascista, com traços anticientificistas e marcado por exacerbados ataques aos direitos trabalhistas e serviços públicos dirigidos a classe trabalhadora, em um grave momento como este, nega a sociedade qualquer plano consistente para enfrentar a pandemia, em especial sua marca mais drástica: as perdas de vida. (p. 123)

Reafirma-se neste cenário a urgência da universalização dos direitos sociais, da intervenção do Estado pautada nas necessidades do “homem” e não do capital. Entretanto, o contexto é de cortes do orçamento, ataques aos direitos historicamente conquistados. Na lógica da fragmentação e da focalização, em 2020 o estado brasileiro lançou o “auxílio emergencial”, instituído pela lei Nº 13.982, de 02 (dois) de abril de 2020 que dispõe acerca de algumas medidas de “proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19)” [6] (BRASIL, 2020, p. 1).

Segundo dados do IBGE (2020) 61,1% de domicílios paraenses receberam o auxílio emergencial, ficando atrás apenas do estado do Amapá e Maranhão[7]. Esse dado demonstra a desigualdade social da região, expressa o movimento da contradição do Modo de Produção Capitalista, que no mesmo processo de produção da riqueza produz e reproduz a pobreza. Um dado de extrema relevância para contribuir na interpretação da realidade é acerca do lugar que a região norte ocupa na produção de mercadoria, se por um lado tem-se as maiores jazidas de ferro, exportação de minérios, por exemplo, concentra os maiores índices de

[6] Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm, acesso em 24.04.2021.
[7] Disponível em: https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php, acesso em 21.04.2021

desigualdades sociais, expressos sobretudo nas condições de vida dos trabalhadores. Correa, Miranda e Medeiros (2021, p. 67) afirmam que:

> Em meio ao processo de urbanização, tem-se a particularidade da urbanização na Amazônia brasileira que apesar de seguir a tendência da formação de outras cidades, possui algumas particularidades relacionadas a sua inserção na divisão territorial do trabalho que a coloca como lugar de super exploração da natureza e da força de trabalho e também, aquelas ligadas à questão regional.

As expressões da "questão social", tais como falta de moradia, saneamento, desemprego são adensadas no cenário de pandemia. A alocação dos chamados "recursos extraordinários"[8] por parte do governo não ameniza os impactos da pandemia na vida de milhares de famílias. A luta será para "comer" e "sair vivo" desta pandemia, vive-se uma falsa dicotomia entre "economia e saúde" amplamente divulgada por parte da atual gestão governamental. No Brasil não se adotou estratégias em âmbito nacional, cada estado e município determinam as medidas de enfrentamento à pandemia.

As medidas adotadas enquanto prevenção de contaminação como o distanciamento social e Lockdown (Bloqueio total) não serão eficientes no Brasil. Um dos elementos importantes para compreender a "tragédia" é a ausência de uma centralização a partir do órgão federal responsável pelo direcionamento da Política de Saúde em âmbito Nacional, somando-se as expressões da "questão social" que foram adensadas pelo cenário de pandemia. Santana e Ferreira (2021, p. 131) afirmam que:

> Todos esses problemas de governança se entrelaçam a efetivas dificuldades ou impossibilidades de um amplo segmento da classe trabalhadora, submetido a crescente precarização (subemprego, uberização), de realizar um isolamento adequado, seja pela necessidade de garantir, dia a dia, o sustento familiar, assim como pela falta de condições domiciliares para adotar medidas adequadas de higiene, distanciamento de familiares eventualmente com sintomas, etc. Outro fator chave a dificultar o enfrentamento é a crescente degradação do Sistema Único de Saúde (SUS), penalizado, como diversos outros setores das políticas sociais, pelo subfinanciamento crônico, agravado drasticamente pela Emenda Constitucional 95/2016 que estabelece um teto de gastos para as despesas primarias.

[8] São disponibilização de recursos para o enfrentamento a Pandemia em diversas políticas públicas, como Saúde e Assistência Social, por exemplo.

Para compreender os impactos deste cenário na reprodução social da classe trabalhadora é necessário apreender esse contexto para além da aparência, e, sobretudo considerar que se vivenciava um cenário de crise aguçado após 2008, como o desemprego.

Um dado alarmante é que até o início de maio de 2021 o país já acumulava 407.639 óbitos por covid. A falta de gestão a nível nacional contribui para o aprofundamento da crise sanitária e da crise econômica. Ao analisar o atual cenário é importante compreender elementos próprios da conjuntura contemporânea e os que são constitutivos da própria estrutura de produção e reprodução do Modo de Produção Capitalista, um exemplo é a pandemia, fenômeno conjuntural, mas que somado a própria natureza do capital, traz consequências nefastas para os trabalhadores. No período anterior a pandemia, o país já alcançava índices altos de desemprego, mas esse fenômeno é parte da organicidade do Modo de Produção Capilista, segundo Mészáros (2011, p. 560) o "desemprego é "estrutural", e, portanto, está aqui para ficar até o final dos tempos.

Outro elemento essencial é a "problemática habitacional" no processo de reprodução da trabalhadora. A "questão da moradia" no modo de produção capitalista remonta ao período de formação e consolidação da cidade capitalista, tendo sido amplamente discutido por Engels (2010), destaca-se que seu processo de formação se pauta na forte concentração de pessoas próximos aos centros industriais, visando diminuir os custos com o deslocamento por exemplo. Neste sentido, Lefebvre (1999, p. 11) afirma que:

> Em torno de uma fábrica de porte médio, um vilarejo se constitui; ele engendra uma população tal que inevitavelmente outros industriais chegam para utilizar (explorar) essa mão-de-obra. O vilarejo se torna uma pequena cidade e a pequena cidade uma grande.

Neste contexto a cidade assume centralidade no processo de desenvolvimento e consolidação do capitalismo, Marx e Engels (2009, p. 75) discute que a cidade é a "concentração da população, dos instrumentos, da produção, do capital, dos prazeres, das necessidades [...] A oposição entre cidade e campo só pode existir no quadro da propriedade privada". Neste sentido, o elemento essencial para compreender a formação desse modo de produção é apreender a sua essência e

dinâmica determinada pela luta de classes, pela contradição capital/trabalho e sua expressão concreta no cotidiano de homens e mulheres. Segundo Santos (2013, p. 20):

> A cidade capitalista possui em seu bojo os elementos constituintes do modo de produção capitalista, elementos necessários à manutenção econômica e ideológica desse modo de sociedade que extrai do trabalhador sua essência, sua condição de se compreender enquanto ser social, enquanto sujeito do processo social de transformação, enquanto criador da riqueza socialmente construída que é usurpada pelos donos dos meios de produção.

Sendo assim, apesar do avanço das forças produtivas, na capacidade de produção de alimentos, tem-se um período histórico de concentração de renda, centralização do capital e socialização das crises, a exemplo da crise migratória, a fome, o desemprego, uma série de expressões que se adensam no contexto da Pandemia. Nesse contexto, as condições de moradia da classe trabalhadora são colocadas em relevo no debate sobre os impactos da crise sanitária provocada e intensificada pela pandemia. No Brasil, país de capitalismo periférico, os impactos da pandemia assumem contornos particulares, considerando ainda sua condição histórica de país colonizado que passou por 300 anos de escravidão. Esse conjunto de determinações se entrelaça com os impactos da crise sanitária na vida da classe trabalhadora brasileira. Harvey (2020) aponta que os mais de quarenta anos de neoliberalismo no mundo - em especial nas Américas e Europa - deixaram a população mundial exposta e mal preparada para enfrentar uma crise sanitária como a do COVID-19. A crise do capitalismo e o avanço acelerado da pandemia do novo coronavírus tem gerado consequências profundas para a humanidade, com altos índices globais de mortalidade, desemprego, de empobrecimento e a miséria da classe trabalhadora, e o Brasil ganha destaque enquanto um dos líderes dessa tragédia. (ANTUNES, 2020).

3. REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO NORTE NO CONTEXTO DA PANDEMIA: BREVES NOTAS

No que tange a conjuntura brasileira, evidencia-se que a crise sanitária do novo coronavírus não é a única, nesse momento cerca de 211,6 milhões de brasileiros

enfrentam também os impactos de uma crise econômica e social. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD COVID-19) do (IBGE) apresentam as condições de emprego, renda e saúde dos brasileiros durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19. Em relação às condições de acesso a emprego e renda, em 2020 aproximadamente 170 milhões de brasileiros estavam aptos a trabalhar, porém desse total apenas cerca de 40% dessas pessoas estavam exercendo alguma ocupação empregatícia e desse percentual por volta de 46% estavam empregados na Região Norte (IBGE, 2020). Do percentual de pessoas afastadas do trabalho 107 mil pessoas não tiveram remuneração trabalhista durante o período de afastamento (IBGE, 2020) e a região norte é a que mais teve trabalhadores afastados do trabalho sem remuneração alguma em meio à pandemia.

No que tange a questão do desemprego segundo o IBGE (2020) o total de pessoas desocupadas em novembro de 2020 foi de 14 milhões. Evidencia-se que em sua maioria os desempregados eram mulheres e pessoas pretas e pardas. Uma das estratégias de enfrentamento ao cenário foi o auxilio emergencial, conforme citado anteriormente, assim o percentual de domicílios brasileiros que receberam algum auxílio do governo foi de 41% e o estado do Pará concentra o segundo maior no índice de famílias que receberam o referido beneficio, com 61,1%, ficando atrás somente do estado do Amapá (IBGE, 2020) vale lembrar que apresentamos somente o percentual pessoas contempladas com o auxílio, isto é, sabe-se que o percentual de pessoas que o requisitaram é muito maior que o índice de famílias que receberam.

Vale ressaltar que no que toca a questão da saúde dos brasileiros no período da pandemia, a primeira morte confirmada foi de uma mulher, mãe e trabalhadora chamada Rosana Aparecida Urbano, de 57 anos, segundo informações do Ministério da Saúde em junho de 2020 (G1, 2020). A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD COVID-19, realizada pelo IBGE de maio a novembro de 2020, aponta que das pessoas que apresentaram alguns sintomas do novo coronavírus, em sua maioria, eram mulheres com um percentual de 51,1% e pessoas pretas e pardas com uma porcentagem de aproximadamente 55% do total pessoas que apresentaram algum sintoma de COVID-19. Ademais, outro indicador relevante é a

faixa etária, onde as pessoas de 0 a 29 anos foram 44,3% que demonstraram sintomas de COVID-19, enquanto as de 30 a 59 anos foram cerca de 41% e as de 60 ou mais anos foram 14, 4%., no entanto, vale frisar que as pessoas de 60 ou mais anos foram as que mais foram hospitalizadas por conta desses sintomas (IBGE, 2020).

A procura por atendimento médico e foram internadas durante 2020 foi muito maior entre homens e mulheres foi bem parecida, porém no que tange o recorte racial, o índice de pessoas pretas e pardas que procuraram este atendimento foi 5% maior que das pessoas brancas (IBGE, 2020). Vale destacar que o indicador de idade - como já mencionado acima - foi um dos mais alarmantes, especial para pessoas idosas, uma vez que o percentual de pessoas de 0 a 59 anos que procuraram atendimento e foram hospitalizadas foi de cerca de 9%, enquanto os idosos de 60 anos ou mais foram quase 42% (IBGE, 2020). Salienta-se que a PNAD COVID-19, aponta que em sua pesquisa os dados de procura por unidades de saúde se tratava de unidades públicas ou da rede privada, no entanto, a maioria dos entrevistados - mais de 1,7 milhões de pessoas - procurou o atendimento via SUS, em Postos de Saúde (UBS), Equipes de Saúde da Família, UPA's, Pronto Socorro e outros hospitais do SUS.

Uma orientações prioritárias vindas da Organização Mundial da Saúde (OMS) é manter o distanciamento social, porém o cumprimento desta medida é difícil, tendo em vista que a grande maioria dos trabalhadores brasileiros desenvolvem atividades em logradouros públicos, por exemplo, segundo dados do IBGE (2020) o percentual de pessoas que seguiram rigidamente o distanciamento social no Brasil, foi de cerca de apenas 11%, entretanto, é importante destacar o quanto os indicadores de condições de renda e desemprego e a ausência de medidas efetivas de criação de renda e de combate ao vírus vindas do governo federal influenciam a população a não cumprir o distanciamento. Outra orientação é a de higienização de nossas mãos - corpo em geral - roupas, sapatos, objetos e alimentos quando se houver contato direto com outras pessoas, em ambientes de não distanciamento social.

Evidencia-se que os dados de aglomerados subnormais, ou seja, os dados acerca de ocupação irregulares utilizadas para fins de habitação expõem a ausência de serviços básicos como água tratada, coleta de lixo, acesso a esgoto e

saneamento básico na vida da maioria das famílias brasileiras, em especial nas regiões norte e nordeste (IBGE, 2019). A partir dessa orientação "a forma de vida das populações nos aglomerados urbanos e o acesso à água potável tomaram importância." (AHLERT et al, 2021, p. 22) e a reflexão que deve ser feita a partir desses dados, é como se garantir essas medidas sanitárias, se a maior parte da classe trabalhadora não tem condições básicas para cumprir tais medidas?

Dado o exposto, todos esses elementos apontam para a história que se repete, a história de milhões de brasileiros que tiveram suas vidas afetadas ou padeceram por conta do novo coronavírus ou estão em situação de vulnerabilidade social por conta das múltiplas crises que hoje assola o país causadas pela omissão do Estado, em especial no Brasil onde o governo com "traços anticientificistas e marcado por exacerbados ataques aos direitos trabalhistas e serviços públicos [...] nega à sociedade qualquer plano consistente para enfrentar a pandemia." (SANTANA; FERREIRA, 2021 p. 124). Sabe-se que o vírus da COVID-19 não escolhe as pessoas a quem vai atingir, mas as condições de produção e reprodução de vida são determinantes. Neste sentido, a pandemia de COVID-19 mostra todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça (HARVEY, 2020), atingindo mulheres, negros e negra que majoritariamente compõem a classe trabalhadora.

Considera-se nesta analise ainda a regionalização dos impactos da, pois há regiões que concentram historicamente o poder político e econômico do país - a exemplo das regiões sul, sudeste e centro-oeste - e outras que carecem historicamente do mínimo de condições de reprodução da classe trabalhadora - como a região norte e nordeste. Nesse cenário, Santana e Ferreira (2021. p. 143) corroboram através da afirmação abaixo sobre o impacto que o atual cenário tem nas populações residentes no norte e nordeste acentuado ainda pela precariedade de acesso a serviços públicos:

> Os crescentes índices de contaminação da Covid-19 nas regiões Nordeste e Norte são a expressão de várias formas de segregação e desigualdade socioterritorial no Brasil e revelam as disparidades no acesso aos serviços públicos no país e, especialmente no caso do Norte.

Nesse sentido, a análise das condições de moradia da classe trabalhadora de Belém, deve considerar as determinações universais e particulares do Brasil e da região norte do país, a fim de evidenciar as determinações singulares desta cidade

que se incorporam com os impactos da pandemia nas condições de reprodução social e de moradia da classe trabalhadora belenense.

Para ilustra a situação de um município, Belém, localizado na Região Norte do Brasil, é a capital do Estado do Pará, possui uma população estimada em 1.499.641 pessoas (IBGE, 2020). Em 2018 a média salarial era de 3,7 salários mínimos, sendo que 39% da população possuem rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. (IBGE, 2020). Em relação ao território possui extensas áreas de aglomerados subnormais[9]. Apresenta altos índices de precariedade em relação à situação da moradia. Estima-se que aproximadamente 51% dos habitantes residem em áreas precárias (Ferreira, Marques e Fusaro, 2016), percentual muito acima de outras grandes cidades. Paralelamente, a Região Metropolitana de Belém também é apontada por dados estatísticos como a região metropolitana com piores condições urbanísticas do país e com maior percentual relativo de domicílios em áreas precárias (Pinheiro et. AL, 2016). Segundo nota técnica sobre aglomerados subnormais do IBGE (2020) estima-se que 55,5% dos domicílios do Município de Belém estão nestas áreas. Os dados supracitados refletem o processo de urbanização brasileira tardia que segregou a classe trabalhadora dos centros das cidades, sendo condicionada a ocupar e morar nos espaços mais precários e insalubres das periferias das cidades, como é o caso da cidade de Belém. Nesse sentido, os residentes nos aglomerados subnormais encontram mais dificuldades de acesso a serviços públicos, a pandemia veio, portanto, agudizar os problemas já existentes nessas áreas afetando diretamente as famílias que residem nesses locais.

Segundo o Diagnóstico Sócio territorial de Belém (2015) o abastecimento de água através da rede geral de distribuição no ano de 2010 no município era de 75,5% dos domicílios enquanto a média nacional era de 90%, com um número significativo de residências utilizando outras formas de abastecimento como poço ou nascente que por sua vez são consideradas inadequadas, o mesmo aconteceu com o esgotamento sanitário onde 69,2% utilizavam, nesse período, rede geral de esgoto ou pluvial e fossa séptica, sendo que outras formas eram consideradas

[9] A classificação do IBGE sobre aglomerados subnormais leva em consideração critérios como: ocupação irregular da terra, precariedade de serviços públicos, urbanização fora dos padrões vigentes e restrição de ocupação do solo.

inadequadas. A destinação adequada do lixo era feita em 93% dos domicílios belenenses e 99,76% possuíam energia elétrica. Portanto, tais situações vêm ganhando força diante do atual cenário impactando diretamente a vida de milhões de brasileiros e no município de Belém tal situação não é diferente sobre esse cenário Ahlert et al (2021, p. 29) afirmam que

> A crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus tem desencadeado vários impactos na vida urbana e na condição de moradia das famílias, principalmente pela incidência na situação econômica e de trabalho. Esses efeitos se estendem para outros aspectos da vida urbana, como a mobilidade, a ocupação de espaços públicos e o acesso à serviços de saúde territorialmente localizados e desiguais no Brasil.

Essa conjuntura encontra na crise atual, terreno fértil para a ampliação das desigualdades sociais já existentes e precarização das condições de vida e de moradia dos habitantes do espaço urbano, além da perda do emprego e diminuição da renda familiar demandando ações efetivas do Estado para a amenização da situação vivenciada.

4. CONCLUSÃO

A pandemia de Covid-19 acentua as expressões da questão social tornaram-se ainda mais evidentes, intensificando desigualdades sociais presentes desde a formação do Brasil. Tal situação é facilmente evidenciada diante das medidas de prevenção como higiene e distanciamento social, em um pais em que a água potável não chega a todos e o adensamento urbano possui níveis altíssimos, fica extremamente difícil cumprir tais medidas e com isso a reprodução social da classe trabalhadora, especificamente a mais empobrecida, que já não tinha acesso a bens e serviços públicos, fica ainda mais comprometida. As medidas de proteção social como o auxílio emergencial são insuficientes para amenizar os impactos advindos dessa conjuntura.

Soma-se a isso a questão da moradia, o centro do debate pela intensificação das problemáticas enfrentadas pela classe trabalhadora. A questão habitacional manifesta-se de formas diferentes em cada região do Brasil, considerando que cada uma assume um lugar específico na divisão territorial do trabalho. Logo, a pandemia

do Novo Coronavírus trouxe impactos particulares, no que se refere a condições de reprodução da classe trabalhadora.

Assim, a pandemia do Coronavírus intensificou, dentre tantas desigualdades, as condições de habitação da classe trabalhadora, pois, nas atuais condições de moradia, a classe trabalhadora enfrenta dificuldades para seguir os protocolos de prevenção do Coronavírus, fator que explicita a desigualdade social existente nas cidades brasileiras, em especial a região norte. Portanto que a pandemia de Covid-19 embora atinja toda uma nação ela incide de forma particular as várias regiões de um país. A ausência de políticas públicas é um facilitador da intensificação das vulnerabilidades sociais da classe trabalhadora justamente por estas não possuírem amparo mediante uma situação de emergência. Além disso, a precarização das condições de moradia e diminuição ou perda da renda demandam uma ação por parte do Estado mais eficiente com o intuito de atenuar as dificuldades vivenciadas, mas sendo o estado capitalista tenciona-se as contradições próprias desta sociabilidade.

REFERÊNCIAS

AHLERT, B.; MOREIRA, K. L.; LELES, K. L. O. A MORADIA E A PANDEMIA: HABITAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE SANITÁRIA DE COVID-19. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social,** Cuiabá, V. 7, N. 12, P. 20-40, ISSN 2447-0023, 2021. Disponível em:< https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/issue/view/657>. Acesso em: 22 de mar. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus:** O trabalho sob o fogo cruzado. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2020.

BELÉM. FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII. **Diagnóstico socioterritorial de Belém:** Um olhar sobre o município e as territorialidades dos CRAS. Belém, PA, 2015.

BRASIL. **LEI Nº 13.982, de 2 de abril de 2020.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020.

CORRÊA, I. S.; MIRANDA, L. C.; MEDEIROS, M. M. A QUESTÃO HABITACIONAL NA AMAZÔNIA E IMPACTOS DA COVID-19. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, Cuiabá, V. 7, N. 12, P. 64-85, ISSN 2447-0023, 2021. Disponível em:< https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/issue/view/657>. Acesso em: 22 de mar. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalho na Inglaterra.** Edição Revista. São Paulo: Boitempo, 2020.

FERREIRA. M. P.; MARQUES, E. C. L.; FUSARO, E. R. Assentamentos precários no Brasil: uma metodologia para estimação e análise. In: MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V.C. (org.). **Caracterização e tipologia de Assentamentos Precários estudos de caso brasileiros.** Brasília: IPEA, 2016. p. 53-74. Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160718_caracterizacao_tipologia.pdf>. Acesso em 26 jul. 2020.

HARVEY, David. "Política anticapitalista em tempos de COVID-19". In: DAVIS, M. et. al. (Orgs.). **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aglomerados Subnormais 2019:** Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** - PNAD COVID-19, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: O processo de produção do capital. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MESZAROS, Istivan. **Para além do Capita**l: rumo a uma teoria de transição. 1º edição. São Paulo. Boitempo, 2011.

PINHEIRO, A. C. L. et al. Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. In: MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V.C. (org.). **Caracterização e tipologia dos assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: IPEA, 2016. p. 189-248 Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160718_caracterizacao_tipologia.pdf>. Acesso em 26 jul. 2020.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. 2021.

SÃO PAULO. **Primeiro caso confirmado de Covid-19 no Brasil ocorreu em SP e completa seis meses nesta quarta.** G1 São Paulo, 26 de ago. 2020. Disponível em:<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/26/primeiro-caso-confirmado-de-covid-19-no-brasil-ocorreu-em-sp-e-completa-seis-meses-nesta-quarta.ghtml>. Acesso em: 29 de mar. 2021.

SANTOS, Rita de Cássia Barbosa dos. **Trabalho social e política habitacional: Entre concepções e discursos**. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2013. Disponível em:<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4620>. Acesso em: 29 de mar. 2021.

SANTANA, J. V.; FERREIRA, B. J. P. Crise do capital e impacto da covid-19 na vida dos trabalhadores: desigualdades socioterritoriais na periferia e em regiões do Brasil. **Revista O Social em Questão**, Ano XXIV, nº 49, ISSN 2238-9091, 2021. Disponível em:< https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/rev_OSQ.php?strSecao=Artigos&secao=11&FASC=50909&nrSeqCon=51117>. Acesso em: 29 de mar. 2021.